

# 1

## Introdução

Apenas alguns meses antes do golpe que daria origem ao Estado Novo, Getúlio Vargas nomeava Henrique de Toledo Dodsworth como prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Carioca de nascimento, médico e bacharel em Direito, o novo prefeito, que também fora professor do Colégio Pedro II e Deputado Federal pelo Distrito Federal na Constituinte de 1933, ocuparia o principal cargo do executivo municipal em 3 de Julho de 1937, de onde sairia apenas em 3 de novembro de 1945.

Em sua administração, a fisionomia da cidade foi profundamente transformada. Entre seus principais feitos, destacam-se a urbanização da Esplanada do Castelo, a construção das avenidas Brasil e Tijuca, a duplicação do Túnel do Leme, a abertura do acesso à Praia Vermelha, o corte do Cantagalo e, principalmente, a abertura da monumental Avenida Presidente Vargas, em pleno Centro da cidade, obra que chamou muito a atenção da população e dos meios de comunicação locais. De tal maneira que, pela quantidade e grandiosidade, as obras operadas por Henrique Dodsworth constituem, de fato, um interessante motivo para levá-lo à comparação com Pereira Passos e suas reformas urbanas no início daquele século.

De toda forma, as semelhanças não param por aí, nem tampouco se justificam apenas por um movimento mnemônico que lhe é, sem dúvida, posterior. Por ser sobrinho e ter trabalhado na administração de Paulo de Frontin, “primeiro carioca a ser chamado para administrar a terra em que nasceu”<sup>1</sup> em 1919 e cujo governo ficaria conhecido pelas muitas obras executadas em curto espaço de tempo, a própria figura política de Dodsworth estava ligada a uma tradição de prefeitos que, sobretudo pelo viés tecnicista, remontaria notadamente ao prefeito Passos.

---

<sup>1</sup> REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977. p. 71.

Vale destacar que as reformas do início do século XX tinham como pano de fundo a patente empreitada estatal para alavancar o país à condição de moderno na esteira do progresso dos países europeus considerados civilizados, tomando sua capital como espaço privilegiado para essas experimentações. Nesse sentido, mais do que mera sede político-administrativa, o Rio de Janeiro deveria ser *cidade-capital*, capaz de sintetizar em si mesma os anseios progressistas de todo o país.

Mais ainda, contudo, é importante salientar que a municipalidade pagaria por essa representação com a perda de sua própria autonomia político-administrativa e, por que não dizer, com a embaçadela de sua peculiar identidade cultural. Se, partindo da cidade em direção ao país, do local ao nacional, buscava-se a modernidade a qualquer preço, o que fez com que a imagem do Rio de Janeiro fosse refletida como o futuro que se estava em vias de alcançar para o país, o caminho inverso deixava escapar atalhos por ruas tortuosas, sinistras e ao mesmo tempo curiosas, mas certamente indesejadas pelo projeto modernizador.

Dessa forma, o fato aparentemente simples de Getúlio Vargas ter escolhido Henrique Dodsworth, em uma conjuntura específica de centralização política na segunda metade da década de 1930, já era, por si só, carregado de sentido para a história carioca. Portanto, iniciamos nossa reflexão a partir de um pano de fundo estrutural que, por sua vez, coincidia e conectava o local ao nacional.

Todavia, Dodsworth também reivindicaria especificidades para sua administração que pudessem afastá-la de uma qualidade meramente imitativa. A novidade ficaria a cargo da maneira de pensar o planejamento urbano, de experimentar a cidade. Assim, foi de fundamental importância a apropriação do urbanismo pelos técnicos da prefeitura e, nesse sentido, o restabelecimento da *Comissão do Plano da Cidade*. A partir daí, foi possível a Henrique Dodsworth marcar sua distinção em relação não somente à Pereira Passos, como ao próprio Paulo de Frontin e também a Carlos Sampaio.

A principal diferença, portanto, tinha a ver com o discurso urbanístico, segundo o qual a cidade passava a ser planejada levando em consideração sua totalidade, como se fosse um organismo, diferentemente das reformas anteriores, que fariam incidir sobre a urbe apenas algumas intervenções pontuais. Com o urbanismo, os engenheiros da prefeitura, comandados por Edison Passos, acreditavam desenhar definitivamente os traços que constituiriam não o modelo,

mas o módulo da cidade do Rio de Janeiro dali em diante. Dessa maneira, jazia sob as plantas da *Comissão* o sonho de um *futuro-presente* qualitativamente definitivo para *urbe* carioca. Também com ele, Dodsworth acreditava ir além e completar a obra iniciada por Pereira Passos.

Levando em consideração essas premissas, é importante deixar claro que nos afastamos deliberadamente de uma narrativa historiográfica cuja preocupação central seria a trajetória política do sujeito em questão, isto é, nosso foco não consiste absolutamente em historiar as realizações da prefeitura do Rio de Janeiro sob a administração Dodsworth. Antes disso, nosso objeto de investigação se justifica por aquilo que ele nos oferece em termos de entrelaçamento das dimensões temporais – passado, presente e futuro – para a história da cidade. É a partir daí que consideramos esse um momento privilegiado para se pensar a história do Rio de Janeiro.

Portanto, o Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth surge-nos como um ponto nodal capaz de amarrar, em dois níveis, elementos que concorriam para a legibilidade da cidade naquele momento. Em um nível horizontal, forjava, naquele presente, o passado e futuro da cidade. Em outras palavras, ali se (re) construía ao mesmo tempo, não sem tensão, o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas*<sup>2</sup> da cidade. Por outro, em uma dimensão vertical, deparamo-nos com uma superposição hierárquica entre Distrito Federal e cidade, na medida em que se tentou vestir nesta última os curtos trajes de representação nacional. Para desenlaçar o nó e analisar melhor sua tessitura, lançamos mão de três movimentos que, embora feitos em separado, entendemos agir simultaneamente.

No primeiro capítulo, puxamos a ponta que nos leva a pensar sobre a história da cidade pelo prisma da política, levando em consideração a condição do Rio enquanto *cidade-capital*. Assim, primeiramente entramos em um debate historiográfico acerca do conceito de *capitalidade* do Rio de Janeiro que, acreditamos, permeia todo o trabalho. Grosso modo, o exercício nos permite ter em mãos um importante instrumento teórico que ressalta o papel especial do Rio em relação às demais cidades do país, embora não aprisione nosso olhar. Dessa forma, lançamos mão de uma narrativa sincrônica, que ganha sentido no diálogo entre autores lograram pensar a história do Rio de Janeiro a partir desse conceito.

Nosso foco principal, no entanto, é pensar a relação entre o local e o nacional do ponto de vista político, especialmente no período republicano, para chegarmos até a nomeação de Henrique Dodsworth para a prefeitura. Procuramos com isso apreender possíveis continuidades e rupturas do prefeito em questão com o advento do Rio de Janeiro como Distrito Federal e de seu primeiro prefeito de relevo, cuja importância a memória política carioca tratou de arranjar um lugar especial.

A questão que nos move consiste justamente na confluência entre o Rio de Janeiro enquanto cidade e enquanto Distrito Federal. Partimos do princípio de que, por mais que um se passasse pelo outro, essas suas duas faces eram distintas e, muitas vezes, seus interesses entravam em choque. A condição de Distrito Federal impunha aos políticos locais uma dinâmica de dependência de uma esfera externa aos limites municipais, ou seja, da política nacional. Isso fez com que a cultura política carioca fosse marcada pela fragmentação, o que não excluía a capacidade de mobilização, em maior ou menor grau, em torno do anseio de autonomia político-administrativa.

Nesse ponto, Dodsworth surge em uma conjuntura muito especial, após uma breve, porém inédita, experiência administrativa do Distrito Federal sob a administração de Pedro Ernesto (1931-1936). Apesar da presença marcante na política local, veremos como ele se posicionava contrariamente a autonomia do Rio de Janeiro, fazendo oposição à política ao *Partido Autonomista do Distrito Federal*, liderado pelo próprio Pedro Ernesto. Portanto, com Dodsworth no poder, fechava-se novamente a porta para a autonomia local ao mesmo tempo em que se determinavam as novas fronteiras do espaço político carioca sob a dura intervenção federal.

No segundo capítulo, concentramo-nos nas reformas feitas na *urbe*. Analisamos a apropriação do urbanismo, enquanto novo e legítimo olhar sobre a cidade, pelos técnicos da prefeitura a partir dos planejamentos da *Comissão do Plano da Cidade*. Esse órgão, criado na administração de Adolfo Bergamini para analisar aquele que teria sido o primeiro plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro, o *Plano Agache*, fora desfeito Pedro Ernesto, mas restituído por Henrique Dodsworth com o mesmo objetivo: elaborar um planejamento de conjunto para a

---

<sup>2</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio

cidade a partir de *Agache*. Para esse intento, nos utilizamos principalmente da *Revista Municipal de Engenharia* como fonte privilegiada através da qual eram divulgados e debatidos, principalmente entre os pares, os principais projetos da prefeitura.

Após breve análise do discurso urbanístico a partir da *Comissão*, traçamos um panorama dos principais problemas que afetavam a cidade e eram elencados nos jornais da época. Concentramo-nos principalmente no *Jornal do Brasil* por causa de sua coluna diária *Coisas da Cidade*, que estava prenhe de demandas por reformas urbanas. De fato, as demandas por reformas eram evidentes e se concentravam na questão do tráfego urbano. Em seguida, tomamos os resultados do cruzamento das demandas por reformas com os planejamentos urbanos, isto é, nossa investigação recai sobre como as obras foram colocadas em prática. Assim, acreditamos poder enxergar melhor até que ponto o urbanismo permeou, de fato, as obras da *Comissão* ou funcionou mais no âmbito do discurso da inovação.

No último capítulo, tentamos captar os efeitos das mudanças da fisionomia da cidade sobre a dinâmica cultural da cidade. Nesse caminho, nos deixamos levar por alguns cronistas da cidade, principalmente por Marques Rebelo, para tentar estabelecer nuances entre o período por nós estudado e as grandes reformas das primeiras décadas do século passado. A escolha de algumas de suas crônicas se deve ao fato que Rebelo as escreveu em um período que extrapola nosso recorte cronológico, mas que se remete a ele. Em suma, o autor tratava de reconstruir a história do Rio de Janeiro através de sua própria memória afetiva e, na verdade, pensava ser a única maneira de tornar perene uma cidade que já não mais existia.

Atentamos também para algumas crônicas de jornais que deixavam transparecer certa ambiência da cidade, apresentadas por nós como tensão entre o que se considerava moderno e o anacrônico, às vezes de maneira paradoxal. Novos hábitos e costumes conviviam com posturas indesejáveis e desconcertantes de uma população que estava alheia, ou parecia estar, aos intentos governamentais de tolher as experiências do indivíduo com sua própria cidade. A praia, os botequins, os trajes de banho pareciam invadir todas as dobras da cidade e escandalizar aqueles que admiravam o aumento do número de *bars* e *clubs*, a sociabilidade civilizada.

Por fim, tomamos a liberdade de conjecturar a respeito das possibilidades de interpretação da metáfora do Rio de Janeiro como mulher. Essa imagem aparece em vários autores, embora de diversas maneiras, e por isso mesmo chamou a nossa atenção. Assim, desdobramos essa figura sem a pretensão de exatidão, mas apenas para aproveitá-la na dimensão de nossas principais questões sobre a cidade.